

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA - CEAS/SC.**
2 No vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro de 2024, de forma híbrida por videoconferência e
3 presencialmente na sala web da SAS/SC, foi realizada Reunião Plenária Ordinária do
4 Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC. A Reunião Plenária
5 contou com a participação das/os **CONSELHEIRAS/OS TITULARES E SUPLENTES**
6 **REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular
7 Gabriella Dornelles, Conselheira Suplente Alessandra Karla Camargo, Conselheira Titular
8 Juliana Rocha Pires e Conselheira Maria do Carmo de Oliveira Conselheira, representantes
9 da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS; Conselheira Titular
10 Laura Cabral Santos representante da Secretaria de Estado da Saúde; Conselheiro Titular
11 Thiago Cavalcanti representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP;
12 Conselheira Titular Sueli Irene Zincoski representante do Instituto Estadual de Previdência –
13 IPREV; Conselheira Titular Emanuella de Oliveira Borges representante da Fundação
14 Catarinense de Educação Especial – FCEE. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E**
15 **SUPLENTES REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:**
16 Conselheiro Titular Sidnei Pavesi representante da Associação dos Deficientes Visuais de
17 Brusque e Região – ADVB; Conselheiro Titular Alexandre Deucher representante do
18 Movimento dos Catadores e Recicladores de Santa Catarina – MECR – SC e Conselheiro
19 Titular Daniel Paz dos Santos representante do Movimento Nacional da População em
20 Situação de Rua. Segmento dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS – Conselheira Titular
21 Simone Dalbello representante do CRESS; Conselheira Suplente Maristela Vieira
22 representante do CREFITO; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho
23 representante do Lar Fabiano de Cristo – Casa Rodolpho Bosco, Conselheira Titular Nívia
24 Michelli Garcia Vieira representante da Federação Catarinense das APAESs e Conselheira
25 Titular Aline Ogliari representante da Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. **1.**
26 Levantamento do quórum: Em condição de titularidade, 13 Conselheiras(os). Dando
27 sequência – Na ausência da Presidente Gabriella e do Vice-Presidente Sidnei Pavesi, a
28 Primeira Tesoureira Juliana inicia a reunião solicitando leitura das **2.** Justificativas dos
29 conselheiros(as) ausentes – Conselheira Cleide justifica ausência por questões de trabalho,
30 considerando que o dia da Plenária foi alterado, não conseguiu mudar compromisso, no
31 entanto, acionou sua suplente. Conselheira Jaqueline Muller justifica ausência por usufruto de
32 férias. Conselheira Érica justifica ausência por estar de atestado médico. Conselheira Jucilea
33 justifica ausência por usufruto de férias. Conselheiro Alexandre não aprova justificativa da
34 Conselheira Jucilea da SED, devido à ausência do seu suplente. As demais são aprovadas
35 por unanimidade. Conselheiro Alexandre entende que é necessário mandar ofício à SED para
36 solicitar um suplente que possa substituir a Conselheira Jucilea nas férias e em outros
37 momentos. Item será debatido posteriormente. Próximo item – 3. Conselheira Juliana solicita
38 leitura e aprovação da ordem do dia. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA**
39 **ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024.** De acordo com o Regimento Interno do
40 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, a Presidenta do Conselho, no uso de
41 suas atribuições regimentais, **convoca os(as) Conselheiros(as) Titulares e convida os(as)**
42 **Conselheiros(as) Suplentes** para a **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 28 de fevereiro**
43 **de 2024, quarta-feira, com início às 13h15min em primeira convocação e às 13h30min**
44 **em segunda convocação, com previsão de término para as 18h, de forma híbrida - por**
45 **videoconferência e presencialmente na Sala Web da SAS/SC**, para deliberarem sobre a
46 seguinte **ORDEM DO DIA:** **1.** Levantamento do quórum Regimental; **2.** Aprovação das
47 justificativas dos(as) Conselheiros(as) ausentes; **3.** Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; **4.**
48 Aprovação de Atas do CEAS/SC; a) Outubro, novembro e dezembro de 2023; **5.** Minuta de
49 Resolução que DELIBERA sobre o Demonstrativo Sintético Anual de 2022; (Pauta
50 apresentada no início da plenária pela necessidade de quórum) **6.** Minuta de Resolução 04
51 que aprova “*in totum*” Resolução 01; **7.** Minuta de Resolução 05 que aprova “*in totum*”
52 Resolução 02; **8.** Minuta de Resolução 06 que aprova “*in totum*” Resolução 03; **9.** Minuta de
53 a geResolução que delibera sobre o Relatório da 14ª Conferência Estadual de Santa Catarina
54 2023; **10.** Demanda da População em Situação de Rua em Santa Catarina; (Solicitação de
55 inclusão da Sociedade Civil) **11.** Comissões do CEAS/SC - Relato das Comissões: **a)**

56 Comissão de Financiamento e Orçamento do SUAS – Minuta de Resolução que DELIBERA
57 sobre o Demonstrativo Sintético Anual de 2022; Apreciação da resposta do Ofício CEAS
58 38/2023 que responde questionamentos sobre o cofinanciamento estadual de 2023; Início da
59 análise da Prestação de Contas do FEAS 1º sem. 2021- Processos SDS 2920/2022; **b)**
60 Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda – Retorno do Ofício
61 do CEAS/SC nº 30/2023 e 40/2023 – que tratam do Programa Santa Renda, CadÚnico e
62 Procad e levantamento das Leis de Benefícios Eventuais dos municípios de SC; **c)** Comissão
63 de Acompanhamento aos CMAS do CEAS/SC – Demanda sobre População de Rua e
64 denúncias de municípios referente a execução da Política de Assistência Social; **d)** Comissão
65 Conjunta Política e Normas – Demanda de pedido de Recurso de inscrição de Entidade e
66 organização de capacitação sobre inscrição de entidade; **e)** Relato da Mesa Diretora – Ofício
67 as representações **12.** Convocação 62 FONACEAS – Bento Gonçalves; (Inclusão da equipe
68 da Secretaria Executiva do CEAS/SC); **13.** Contrato de passagens terrestres e aéreas;
69 (Inclusão solicitada pelo Conselheiro Alexandre) **14.** Certificado previsto no Regimento Interno
70 do CMAS de São Francisco do Sul; (Inclusão solicitada pelo Conselheiro Alexandre) **15.**
71 Informes. **a)** Informações sobre auditoria da CGU – Controladoria Geral da União sobre
72 as condicionalidades do Programa Bolsa Família no Estado; **b)** Reunião Trimestral do
73 CNAS com o CEASs; **c)** Participação da Conselheira Maria do Carmo na reunião da CIB;
74 Florianópolis, 19 de fevereiro de 2024. **Gabriella Dornelles.** Presidente do CEAS/SC. Pauta
75 aprovada por todos com inclusões. Dando sequência - **4.** Aprovação de Atas do CEAS/SC; **a)**
76 outubro, novembro e dezembro de 2023; Vice-Presidente apresentou as 3 atas para
77 deliberação. Não havendo nenhuma solicitação de inclusão, exclusão ou correção, atas
78 aprovadas por unanimidade. Próximo - **5.** Minuta de Resolução que DELIBERA sobre o
79 Demonstrativo Sintético Anual de 2022; (Pauta apresentada no início da plenária pela
80 necessidade de quórum). Conselheira Juliana, coordenadora da Comissão de Financiamento
81 e Orçamento do SUAS, informa que foi item de pauta de reunião realizada no dia 27/02/2024,
82 dia anterior, o Demonstrativo Sintético Anual de 2022, que se trata da prestação de contas do
83 Governo Federal ao FEAS, por meio de instrumental próprio da gestão nacional. O objetivo
84 era realizar o parecer da Comissão diante das informações constantes no instrumental. No
85 entanto, no decorrer das análises realizadas no documento a Comissão identificou que
86 haviam alguns equívocos de informações, mais especificamente no item – II – Execução
87 Financeira do Bloco dos Serviços e Programas. Antes de terminar a reunião da Comissão
88 ficou acordado que a Conselheira Juliana, juntamente com a SE Patrícia, iria na Diretoria de
89 Assistência Social para entenderem de que forma foram inclusas as informações no sistema.
90 Sendo que, identificaram que as informações estavam corretas nos campos que cabiam à
91 gestão, no entanto, quando o sistema puxa as informações, para o preenchimento automático
92 do Resumo, os campos ficaram preenchidos com dados equivocados. Sendo assim, chegou-
93 se à conclusão, que possivelmente é um erro no próprio Sistema do Governo Federal. Após
94 essas verificações, a coordenadora solicitou que a SE Patrícia elaborasse uma minuta de
95 ofício indicando os equívocos no sistema e mostrando que o CEAS/SC estava cumprindo com
96 os prazos estipulados, mas preferiu não dar sequência no preenchimento no Sistema devido
97 a identificações dos problemas relatados acima, o qual seria enviado à SAS. Conselheiro
98 Alexandre sugere que para além de enviar ofício à SAS, seria necessário que fosse enviado
99 também ao CNAS, para que tenham conhecimento de que o erro é do sistema, e para
100 tomarem providências. Conselheira Emanuelle sugere que o ofício seja encaminhado à SAS,
101 solicitando providências, com cópia ao CNAS, somente para conhecimento, pois não cabe
102 nesse momento providências ainda. Após debate e esclarecimentos, ficou definido que o
103 CEAS/SC encaminhará ofício à SAS com cópia ao CNAS. Não havendo mais contribuições,
104 e considerando a urgência da demanda, **o envio do ofício foi aprovado por unanimidade.**
105 Inês, apoio administrativo do CEAS/SC o enviará enquanto seguimos a plenária. Dando
106 sequência, Vice-Presidente Sidnei apresenta próximo ponto de pauta. SE Patrícia explica que
107 foi necessária deliberação de 3 Resoluções *ad referendum*, as quais já foram encaminhadas
108 aos(as) Conselheiros(as) para conhecimento, devido a prazos e adequação de calendário.
109 Sobre a **6.** Minuta de Resolução 04 que aprova “*in totum*” Resolução 01; foi necessário
110 deliberar novo calendário das Plenárias Ordinárias do CEAS/SC considerando a estrutura

111 física disponível para o Conselho. A Resolução CEAS/SC nº 01 de 2024 deliberou sobre o
112 novo calendário e a Resolução CEAS/SC 04 a referenda em plenária. SE Patrícia faz leitura
113 de Minuta. Referente à 7. Minuta de Resolução 05 que aprova “*in totum*” Resolução 02; esta
114 tem o objetivo de referendar a Resolução CEAS/SC 02 que aprovou “*ad referendum*” o
115 preenchimento retificador do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-
116 Financeiro de 2021 dos Serviços e Programas Socioassistenciais. Lembra que em
117 dezembro de 2023 a gestão estadual recebeu ofício do FNAS informando sobre a
118 inconsistência nas informações no preenchimento do Demonstrativo de 2021.
119 Somente indicava que o CEAS/SC informou no seu parecer o não uso de recursos
120 para execução de Programas/Serviço, e a gestão teria apresentado valores
121 executados. Diante do ofício, foi necessário solicitar abertura do Sistema para fazer
122 novo preenchimento, o que foi feito com prazo curto, podendo ser deliberado em Mesa
123 Diretora. O Demonstrativo foi novamente preenchido considerando as informações do
124 ano de 2021, finalizado e salvo no Sistema do Governo Federal. Conselheiro
125 Alexandre aproveita a oportunidade para questionar o uso do recurso que era
126 destinado aos imigrantes, parado por anos na conta, em algum projeto ou programa
127 para beneficiar essa população. SE Patrícia explica que o CEAS/SC deliberou o Plano
128 de Aplicação do FEAS em março de 2023 onde constava a execução de uma ação
129 usando esse recurso. A ação seria proposta pela DIAS em conjunto com gerência da
130 DIDH, a qual seria apresentada ao CEAS/SC no decorrer do ano para deliberação.
131 Acredita-se que esse valor aparecerá, novamente, no Plano de Aplicação do FEAS
132 de 2024. Conselheiro Daniel manifesta preocupação com o número crescente de
133 pessoas imigrantes na População em Situação de Rua, principalmente na região da
134 Grande Florianópolis. **Conselheiro Alexandre sugere que seja enviado ofício para
135 a gestão solicitando informações sobre a execução do referido recurso.**
136 **Encaminhamento aprovado por unanimidade.** Dando sequência foi realizada
137 explicação da 8. Resolução 03 que aprovou “*ad referendum*” o Plano de Ação do
138 Cofinanciamento do Governo Federal do SUAS para o ano de 2024, sendo que este
139 tinha prazo de inclusão no Sistema do Governo Federal anterior à data da Plenária. A
140 MINUTA de Resolução apresentada nesse momento de plenária é para referendar a
141 Resolução aprovada em Mesa Diretora. Vale lembrar que o valor do repasse ao Fundo
142 Estadual de Assistência Social – FEAS/SC pelo Governo Federal é de 1.482.170,00
143 (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil e cento e setenta reais) e a previsão de
144 repasse do Governo Estadual no valor de R\$ 69.848.550,00 (sessenta e nove milhões,
145 oitocentos e quarenta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais) que será utilizado para
146 o repasse do cofinanciamento estadual aos municípios, pagamento de medidas
147 judiciais e manutenção da gestão estadual da Política de Assistência Social.
148 Presidente Gabriella toma a condução da reunião com sua chegada. Aproveita para
149 esclarecer que os recursos citados acima são previsões orçamentárias, o que temos
150 de concreto são só os valores do IGD – Bolsa (40.246,50), IGD – SUAS (10.000,00)
151 e Piso da Alta Complexidade (2.000,00). Em relação ao valor de R\$ 855.212,00 do
152 Programa Primeira Infância no SUAS é um recurso que provavelmente chegará em
153 2025, após a implementação das mudanças no Programa, de acordo com
154 informações do próprio Ministério. Conselheiro Alexandre questiona qual o valor que
155 será destinado para ações concretas para a População em Situação de Rua.
156 Presidente Gabriella lembra que existe um acréscimo de 5.000.000,00 no valor que
157 será repassado pelo Estado aos municípios, em comparação com 2023. Esse valor
158 será repassado aos municípios por meio dos pisos do cofinanciamento. Pensando na
159 População em Situação de Rua, será realizado um estudo pela Câmara Técnica da
160 CIB no início de março, visando usar esse incremento no recurso para aumentar o

161 cofinanciamento dos municípios para execução dos Serviços e demais ações que
162 visam essa população. Na próxima CIB será apresentado o resultado do estudo para
163 pactuação e posteriormente virá para deliberação do CEAS/SC. Conselheiro Daniel
164 questiona quem fará o monitoramento desse recurso que está sob responsabilidade
165 de estudo da Câmara Técnica da CIB. Cita que seria necessárias visitas em
166 equipamentos que atendem a População em Situação de Rua para termos
167 informações reais da realidade, principalmente no que se refere à “abordagem social
168 truculenta”. SE Patrícia questiona se a previsão de recursos para manutenção do
169 Conselho será considerando o IGDSUAS. Presidente Gabriella explica que a
170 Secretária Maria Helena, juntamente com ela, enquanto Diretora da Assistência,
171 possuem a preocupação de destinar recursos estaduais para esse fim, pois entende
172 que o trabalho do conselho é essencial e o recurso federal seria insuficiente. Lembra
173 que no início de 2023 já acordaram que o recurso corresponderia a 5% do montante
174 do FEAS, não somente do recurso federal. Buscarão implementar a mesma lógica em
175 2024. Após amplo debate, contribuições e demandas sanadas em relação as 3
176 minutas de Resoluções que referendam as decisões “*ad referendum*”, vice-Presidente
177 Sidnei apresenta as 3 minutas para deliberação. **Resoluções aprovadas por**
178 **unanimidade.** Dando sequência, Presidente Gabriella apresenta o item **9. Minuta de**
179 **Resolução que delibera sobre o Relatório da 14ª Conferência Estadual de Santa**
180 **Catarina 2023;** SE Patrícia explica que após correção da Empresa ganhadora da licitação, e
181 adequações e correções realizadas pela equipe da Secretaria Executiva do CEAS/SC, foi
182 enviado a última versão para leitura prévia dos(as) Conselheiros(as). Presidente apresenta
183 Minuta de Resolução para deliberação. **Resolução que aprova o Relatório Final da**
184 **14ª Conferência Estadual, aprovada por unanimidade.** Seguindo a pauta - **10.** Demanda da
185 População em Situação de Rua em Santa Catarina; (Solicitação de inclusão da Sociedade
186 Civil) – Conselheira Norma apresenta item que terão início de implementação após aprovação
187 da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que envolve atuação de várias
188 políticas públicas. Na Assistência Social os esforços iniciais serão para inclusão da População
189 no Cadúnico, acesso a Benefícios Socioassistenciais, ações junto ao PROCAD, entre outros.
190 Se manifesta dizendo que a demanda chegou num patamar que é necessário investimento
191 urgente para que possa ser realizadas ações efetivas. Para responder o questionamento do
192 Conselheiro Daniel, os responsáveis em realizar a fiscalização ou monitoramento do recurso
193 que será destinado para ações ligadas a População em Situação de Rua, são os órgãos de
194 controle, como Conselhos e Tribunais de Contas. Por exemplo: quando o Estado repassar
195 valores para um município X, para realizar ações voltadas a essa demanda, o CMAS do
196 município terá que realizar a fiscalização do uso do recurso. Assim como o CEAS/SC, fará de
197 uma maneira macro em relação aos municípios que receberão o recurso. Entende que
198 precisamos avançar no controle com dados qualitativos, pois hoje trabalhamos mais com
199 dados quantitativos. Também informa que com a implementação da Lei, várias ações serão
200 realizadas com profissionais de diversas políticas públicas buscando um entendimento
201 humanizado de atendimento a essa demanda. Governo Federal investirá recursos e cobrará
202 dos Estados avanços na execução das políticas públicas. Enquanto CEAS/SC precisamos
203 estar atentos as ações que buscarão mudar a realidade. Conselheiro Alexandre manifesta
204 preocupação, pois entende que os gestores que terão a missão de executar os recursos são
205 os mesmos que realizam intervenções equivocadas junto a População em Situação de Rua.
206 É uma opinião baseada no que vivencia dia a dia, principalmente em notícias vinculadas em
207 redes sociais. Entende que o ideal era um Conselheiro representante da População em
208 Situação de Rua ser o representante do CEAS/SC na CIB, para poderem pensar as ações
209 com quem vivencia a demanda, ou pelo menos um representante de usuário do SUAS.
210 Presidente Gabriella esclarece que a CIB é um Comitê Intergestores Bipartite, onde participam
211 representantes da gestão municipal e gestão estadual. Quando vão para esse espaço,
212 subentendesse que já trabalharam nos seus territórios os diversos temas que envolvem a
213 execução do SUAS, com as entidades, usuários, trabalhadores, enfim, todos que fazem parte

214 do SUAS no município. Sobre a participação do CEAS/SC volta a lembrar que foi deliberado
215 em plenária uma representante titular e uma suplente, para fazer a representação do
216 Conselho nesse espaço. Também reforça a deliberação do CEAS/SC referente a Resolução
217 dos Pisos do Cofinanciamento que define a distribuição dos recursos do cofinanciamento,
218 além de citar que cada Conselho tem sua responsabilidade no processo, CEAS/SC e CMASs.
219 Conselheiro Daniel manifesta preocupação com decisões da CIB, pois não contemplam a
220 necessidade dos usuários, sugere que o Conselho faça uma manifestação oficial sobre a
221 execução da Política de Assistência Social em relação a População em Situação de Rua em
222 Santa Catarina, mais especificamente sobre os gestores que se colocam na mídia realizando
223 ações equivocadas, desrespeitosa, desumana com essa população. Conselheira Norma
224 corrobora com a sugestão acima. Conselheiras Norma e Gabriella ponderam que precisamos
225 cuidar com as falas no pleno, para não descumpriremos com leis, como a de proteção de dados,
226 pois somos agentes públicos. Conselheira Norma ainda sugere que o CEAS/SC elabore um
227 documento orientativo para ser enviado aos municípios indicando o uso adequado do recurso
228 com a demanda, que seja dado atenção especial. Também informa que o CNAS recebeu
229 várias denúncias sobre a execução da Política de Assistência Social junto a População em
230 Situação de Rua em Santa Catarina, tendo como encaminhamento uma ação junto ao Estado,
231 logo enviarão documento oficializando. SE Patrícia explica que na Comissão de Política já foi
232 enviado ofícios à 12 CMASs questionando as ações junto a População nos seus respectivos
233 municípios, assim como enfatizando o papel desse órgão no controle e proposição das ações.
234 Todos concordam que as ações já estão sendo realizadas pela Comissão, e aguardarão
235 estudo desta, sobre o retorno dos ofícios. Presidente Gabriella informa que a DIAS elaborou
236 e enviou uma cartilha contendo orientações sobre a demanda da População de Rua para os
237 municípios do Estado, mais especificamente sobre a construção do Plano Municipal, incluindo
238 uma minuta do Plano. **A sugestão é enviar, com ofício circular, a referida cartilha aos 295**
239 **CMAS para que façam o acompanhamento junto a gestão municipal, citar que é**
240 **importante se atentar aos recursos que o município receberá para esse fim.**
241 Conselheiros Daniel e Alexandre falam sobre a importância da cartilha ser impressa e
242 distribuída para os(as) usuários(as) e aos CMASs. **Encaminhamentos aprovados por todos.**
243 **Dando sequência - 11.** Comissões do CEAS/SC - Relato das Comissões: a) Comissão de
244 Financiamento e Orçamento do SUAS – Minuta de Resolução que DELIBERA sobre o
245 Demonstrativo Sintético Anual de 2022; Apreciação da resposta do Ofício CEAS 38/2023 que
246 responde questionamentos sobre o cofinanciamento estadual de 2023; Início da análise da
247 Prestação de Contas do FEAS 1º sem. 2021- Processos SDS 2920/2022; Conselheira Juliana
248 informa que a principal pauta da reunião foi a análise do Demonstrativo Sintético, devido aos
249 desdobramentos, os outros dois pontos de pauta ficaram para a reunião de março. b)
250 Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda – Retorno do Ofício
251 do CEAS/SC nº 30/2023 e 40/2023 – que tratam do Programa Santa Renda, CadÚnico e
252 Procad e levantamento das Leis de Benefícios Eventuais dos municípios de SC; considerando
253 que a coordenadora Conselheira Maria do Carmo está em trânsito, SE Patrícia fez o relato da
254 Comissão – Reforça que é necessário recompor os representantes governamentais desta.
255 Sobre ACESSUAS Trabalho – Mandar ofício direto aos CMAS dos municípios que
256 executam o Programa – solicitar atualização da planilha junto a DIAS. Sobre o
257 Programa Bolsa Família foi solicitado o envio de ofício à SAS solicitando atualizações
258 sobre contratação de equipe do PROCAD, planejamento de 2024 e relatório de 2023
259 da gestão estadual do PBF, e o envio bimestralmente dos dados do CadÚnico de
260 Santa Catarina. Conselheiro Alexandre manifesta preocupação com as pessoas que
261 não conseguem acessar os aplicativos no celular para poder obter informações e o
262 próprio cadastro. **A sugestão é a SE Patrícia elaborar ofício, com apoio da gerente**
263 **da GEBEN**, que será enviado ao CNAS, solicitando que as pessoas possam ter
264 acesso ao cadastro por outros meios além do aplicativo de celular. Também será
265 solicitado, via ofício, à DIAS monitoramento de um município específico em relação
266 ao cadastramento/recadastramento do CadÚnico. Outro encaminhamento, foi o envio
267 de ofício à SAS solicitando quais são os municípios que ainda não atualizaram sua

268 Lei de Benefícios Eventuais para futura ação conjunta do CEAS e SAS. Presidente
269 Gabriella informou que a demanda foi pauta da CIB, onde informaram que 88
270 municípios ainda não tinham apresentado sua lei conforme Resolução do CEAS/SC.
271 Ficou acordado entre os gestores, que os municípios poderiam entregar suas Leis até
272 a data final do prazo para a habilitação do cofinanciamento estadual de 2024, entende
273 que importante o CEAS/SC fazer alguma ação junto aos CMAS, para que todos os
274 municípios tenham essas legislações atualizadas o quanto antes. Dando sequência –
275 **c) Comissão de Acompanhamento aos CMAS do CEAS/SC – Demanda sobre População de**
276 **Rua e denúncias de municípios referente a execução da Política de Assistência Social;** SE
277 Patrícia fez o relato da Comissão. Informou que debateram uma solicitação de orientação de
278 um CMAS, acerca da orientação constante na Resolução do CNAS nº 100/2023 no que se
279 refere ao mandato de Presidente e Vice-Presidente do Conselho. Considerando que o
280 CEAS/SC em sua lei, tem a prática diferente do CNAS, ficou acordado que o Conselho enviará
281 ofício ao CNAS solicitando orientação sobre composição e período de vigência dos
282 integrantes da Mesa Diretora. Essa orientação servirá para a revisão da nossa Lei também.
283 Outro ponto de pauta foi uma denúncia de usuária contra uma técnica de um município do
284 interior do Estado. A usuária já realizou denúncia no Ministério Público e replicou ao CEAS/SC
285 para que fosse realizado ações cabíveis. Ficou acordado que o Conselho enviará ofício ao
286 CMAS do município questionando o conhecimento da denúncia e qual a ação do Conselho
287 Municipal diante do ocorrido, também será solicitado uma manifestação deste sobre como
288 estão sendo ofertados os Serviços no município considerando especificidades como: pessoas
289 indígenas, pessoas em situação de rua, pessoas trans e transexuais, pessoas com deficiência,
290 entre outras. Foi orientado que a usuária realiza uma denúncia ao Conselho de Classe da
291 profissional. Por último foi deliberado pelo envio de ofício para o CMAS de São Francisco do
292 Sul solicitando informações sobre o atendimento à População em Situação de Rua. Próxima
293 pauta **d) Comissão Conjunta Política e Normas – Demanda de pedido de Recurso de inscrição**
294 **de Entidade e organização de capacitação sobre inscrição de entidade;** SE Patrícia informa
295 que a reunião conjunta das referidas Comissões se deu pela necessidade de analisar pedido
296 recursal sobre uma Entidade de Palhoça (Com. De Normas) e também para decidirmos uma
297 capacitação sobre inscrição de entidades. Sobre esse ponto, ficou acordado que será enviado
298 ofício ao Departamento Nacional da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, solicitando
299 apoio na realização de capacitação virtual sobre o tema. Outra demanda da Comissão é
300 referente a atualização da Lei do CEAS/SC, sendo que na reunião de dezembro foi combinado
301 de consultar a DIAS sobre a possibilidade de unificarmos as leis, seguindo a orientação da
302 Resolução do CNAS nº 100/2023. A DIAS respondeu que é possível e aguarda uma reunião
303 com a Comissão de Normas para alinharmos os encaminhamentos. **Seguindo - e) Relato da**
304 **Mesa Diretora – Ofício para as representações.** SE Patrícia informa que na plenária de
305 dezembro foi solicitado que fosse construída uma planilha com um levantamento das
306 presenças, ausências e ausências justificadas sobre a participação dos Conselheiros nas
307 plenárias do CEAS/SC. Foi decidido pelo envio de ofício às Secretarias e representações
308 sobre o número de ausências e da participação em Comissões. Conselheira Emanuelle
309 sugere que seja enviado ofício para a Secretaria para solicitar a substituição da suplente,
310 assim como acontece na Secretaria de Educação. Presidente informa que a planilha
311 atualizada com essas informações deverá ser apresentada em todas as plenárias para
312 acompanhamento, até para avaliar a aceitação da justificativa ou não. Conselheiro Alexandre
313 defende que demanda de trabalho não poderia ser justificativa para ausência em plenária do
314 CEAS/SC, pois todos possuem demanda, o calendário é fixo, para que todos possam se
315 programar. Não havendo mais assuntos a serem tratados sobre as Comissões, seguimos a
316 pauta - **12. Convocação 62 FONACEAS – Bento Gonçalves;** (Inclusão da equipe da Secretaria
317 Executiva do CEAS/SC); SE Patrícia fez a leitura do Ofício do Fórum informando sobre a
318 reunião e convocando Presidente, Vice-Presidente e Secretária Executiva do CEAS.
319 Presidente Gabriella lembra que em reunião da Mesa Diretora já tinha sinalizado interesse em
320 representar o CEAS/SC nessa reunião, juntamente com a SE Patrícia, que se dispôs a
321 acompanhá-la, também reforça que foi debatido sobre participarmos de 2 reuniões

322 presenciais, avaliando a possibilidade das outras 2, isso considerando a questão financeira
323 do Conselho. Outra questão é a alternância entre a ida da Presidente e do Vice-Presidente,
324 nessa primeira reunião da Presidente poderá comparecer, já o Vice-Presidente irá para a
325 reunião trimestral do CNAS. Além da Presidente e SE, Conselheiro Daniel se disponibiliza a
326 participar da reunião também. Conselheiro Alexandre apoia a participação do Conselheiro
327 Daniel. Após contribuições e esclarecimentos, ficou aprovada a ida dos 3 representantes, no
328 entanto, é preciso deixar claro que até a viagem poderão ocorrer mudanças, principalmente
329 devido a vigência do contrato de passagens. Dando sequência - **13**. Contrato de passagens
330 terrestres e aéreas; (Inclusão solicitada pelo Conselheiro Alexandre). Conselheiro Alexandre
331 inicia dizendo que ninguém pede para ser usuário da Assistência Social, mas as condições
332 da vida o levam a essa condição. Diz que a Política Ihe coloca num protagonismo, ao mesmo
333 tempo que o rebaixa desse lugar. Lembra que ele, o Conselheiro Daniel, o Conselheiro Sidnei
334 são usuários(as) da Assistência, cada um com sua particularidade. Diante disso, queria o
335 direito de ter uma passagem de ônibus, ou um carro para poder participar das reuniões de
336 Comissões e dessa Plenária de forma presencial. No entanto, Ihe foi negado esse direito, por
337 questões administrativas da Secretaria. Reforça que participa com zelo das atividades do
338 CEAS/SC, deixando de trabalhar para cumprir com seus deveres de Conselheiro. Presidente
339 Gabriella acolhe a manifestação do Conselheiro, no entanto a questão é
340 administrativa/contratual, que ultrapassa a competência da Diretoria. Lembra que essa
341 condição é para todos na Secretaria, para participarem da CIB em Chapecó foram com micro-
342 ônibus emprestado da FCEE, que é uma possibilidade inerente aos Servidores. Conselheiro
343 Alexandre sugere o envio de manifestação de insatisfação à Secretária Maria Helena.
344 Conselheiro Daniel se identifica com fala do Conselheiro Alexandre, principalmente porque
345 atualmente são somente dois usuários que faria uso dessas passagens e diárias. É necessário
346 ter articulação dentro do Conselho para fortalecer o usuário, para isso é preciso participação
347 ativa do segmento. Conselheira Emanuelle contribui dizendo que ninguém está tendo o seu
348 direito de participar da plenária negado, pois ela está acontecendo virtual, claro que é preciso
349 considerar questões de acesso, mas infelizmente ocorreu essa questão contratual. Está
350 participando presencial pois vem com o carro próprio, senão estaria virtual também.
351 Presidente Gabriella faz ponderações e abre para sugestões de encaminhamentos.
352 Conselheiro Alexandre sugere o envio de ofício à SAS solicitando zelo com questões
353 relacionadas a execução do controle social, entende ser inadmissível não termos contrato
354 efetivo de passagem entrando no mês de março. Presidente Gabriella entende a solicitação,
355 mas enquanto Presidente não entende que falte zelo da Secretária, não concorda com essa
356 colocação. Explica que o contrato se encerrou e está em fase de realização de novo edital
357 para contratação de nova empresa, os prazos precisam ser cumpridos. Os carros da SAS
358 também estão fora de uso, porque estão sem seguros, por isso estamos sem transporte na
359 Secretaria. Conselheira Norma concorda com o envio do ofício para a SAS, de uma forma
360 respeitosa, solicitando a ela que busque estratégias para evitar que contratos vençam,
361 deixando questões importantes descobertas, como essa das passagens, mesmo sabendo da
362 burocracia. Conselheiro Sidnei corrobora com a fala anterior, pois também já trabalhou na
363 gestão municipal e sabe que os processos são burocráticos, existe a vontade, mas não é o
364 suficiente. Conselheira Sueli, se manifesta dizendo que as informações já trazidas pra
365 reuniões de que o processo de contratação já está em andamento, então acredita que uma
366 fala já bastaria, não vê necessidade de ofício. Conselheira Norma reforça que apoia o envio
367 do ofício, reconhecemos o esforço em resolver a questão e convidamos a Secretária para
368 participar da próxima reunião para apresentar os avanços da Secretaria. Considerando que
369 não houve consenso da plenária a proposta foi colocada em votação. Opção 01 – encaminha
370 ofício (Alexandre, Daniel, Sidnei, Norma, Aline e Thiago). Opção 02 – não encaminha o ofício
371 (Sueli, Emanuelle, Gabriella, Juliana e Laura). Por 06 votos a 05, foi aprovado o envio do ofício.
372 Próximo ponto – **14**. Certificado previsto no Regimento Interno do CMAS de São Francisco do
373 Sul; (Inclusão solicitada pelo Conselheiro Alexandre). Conselheiro Alexandre explica que
374 solicitou o certificado previsto no regimento interno, como Conselheiro Municipal de São
375 Francisco do Sul, no entanto está sendo negado esse direito, informaram que só darão uma
376 declaração. Após esclarecimentos e orientações, ficou acordado que a SE Patrícia vai mandar

377 um email ao CMAS de São Francisco do Sul questionando o motivo de não fornecerem tal
378 documento, sendo que ele está previsto na legislação do CMAS. **Encaminhamento**
379 **aprovado por todos.** Dando sequência. **15.** Informes. a) Informações sobre auditoria da
380 CGU – Controladoria Geral da União sobre as condicionalidades do Programa Bolsa
381 Família no Estado; Presidente Gabriella explica que a CGU esteve em Santa Catarina para
382 tratar de questões relacionadas as condicionalidades do Programa Bolsa Família, assim como
383 em outros estados do Brasil, para entender de que forma está sendo realizado esse
384 acompanhamento no Estado, mais especificamente como se dá a dinâmica de
385 acompanhamento do CEAS/SC, reuniões, análises documentais, entre outros. Falaram com
386 o Conselheiro Sidnei, Conselheira Jucilea e Gabriella enquanto Conselheira. Foram ouvidas
387 técnicas da Secretaria da Educação e Saúde que fazem parte do Comitê Intersetorial do PBF.
388 As informações servirão para subsidiar ações do Ministérios junto ao PBF. Sobre **b)** Reunião
389 Trimestral do CNAS com o CEASs; SE Patrícia informa que o representante de Santa
390 Catarina na referida reunião será o Vice-Presidente Sidnei Pavesi. Conselheiro Sidnei
391 informa que na noite de 28, hoje, terá uma reunião do FONACEAS para debaterem a pauta
392 da Reunião Trimestral, para alinharem posicionamento e possíveis encaminhamentos. Dando
393 sequência **c)** Participação da Conselheira Maria do Carmo na reunião da CIB; SE Patrícia
394 informa que a Conselheira Maria do Carmo elaborou um relato por escrito, o qual será enviado
395 por email para leitura de todos os Conselheiros(as). Não havendo mais assuntos a serem
396 tratados a Conselheira Presidente Gabriella agradece a participação e contribuições de
397 todos(as) e encerra a presente reunião Plenária Ordinária do CEAS/SC de 28 de fevereiro de
398 2024. Reforçamos que a gravação da íntegra da planária está disponível no seguinte link:
399 https://www.youtube.com/watch?v=7yN_hzoVOKA . Eu Patrícia Gasparetto da Silva lavrei a
400 presente ata que foi revisada e aprovada pela 1ª Secretária do CEAS Conselheira Jaqueline
401 Muller.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **X1CT386T**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **GABRIELLA DORNELLES CHAGAS PEREIRA** (CPF: 003.XXX.619-XX) em 02/04/2024 às 16:42:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 04/08/2021 - 17:25:48 e válido até 04/08/2121 - 17:25:48.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FTXzM3NTc2XzAwMDAwOTI0XzkyNF8yMDI0X1gxQ1QzODZU> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAS 00000924/2024** e o código **X1CT386T** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.